

## A conquista, o padroeiro e os priores de Loulé

Luís Filipe Oliveira \*

\*Universidade do Algarve / I.E.M.

**Resumo:** Muito se tem dito e repetido sobre o cerco e a data da conquista cristã de Loulé. Com frequência, data-se a conquista de 23 de Novembro de 1249, por ser o dia consagrado a S. Clemente, e insiste-se num cerco violento e prolongado, sem que os poucos testemunhos conhecidos -- a chamada Crónica da Conquista do Algarve e um que outro dado arqueológico -- comprovem quer um quer o outro. Devidamente contextualizados e interpretados, aqueles dados sugerem, pelo contrário que a vila negociou a sua rendição e que a escolha de S. Clemente para orago nada tem a ver com um acontecimento militar. Mas com uma escolha política dos novos senhores da vila, pensada para melhor acomodar o seu poder às condições políticas e culturais da Loulé do século XIII. Os dados ora reunidos sobre o padroado da igreja de S. Clemente e sobre os seus primeiros priores parecem confirmar aquela interpretação.

**Palavras-chave:** Ordem de Santiago; Padroado; S. Clemente; Conversão.

Não são muitos, nem particularmente esclarecedores, os testemunhos que se conservam sobre a conquista cristã de Loulé. Na chancelaria régia e nos outros registos da época, nada consta desse episódio, ou do contexto respectivo, silêncio que é comum, de resto, a muitas outras terras do Sul e que tem sido associado à ausência dos monarcas da maior parte dessas operações<sup>1</sup>. Tal panorama pouco se altera quando se interrogam as fontes árabes, as quais não acolheram memória significativa da conquista cristã, como seria de esperar. Delas mais não se respiga que o ano do evento, ou o nome do responsável por essa perda do Islão<sup>2</sup>. São os dados arqueológicos que oferecem alguns informes mais expressivos, quer pela recuperação de um esqueleto insepulto no exterior da muralha<sup>3</sup>, quer, sobretudo, pela identificação de níveis de incêndio e de destruição, que foram associados à conquista cristã<sup>4</sup>. A cronologia destes achados está, porém, sujeita a caução -- o esqueleto e os níveis de incêndio surgem em contexto islâmico e os materiais que se sobrepõem aos restos de combustão, já de época cristã,

1. Entre outros, António Castro Henriques, *Conquista do Algarve (1189-1249). O Segundo Reino*, Lisboa, 2003, pp. 50-83; Hermenegildo Fernandes, *D. Sancho II*, Lisboa, 2006, pp. 204-208, 243-248; Luís Filipe Oliveira, "A ordem de Santiago e a conquista das terras do Sul", *Cuadernos de Estepa*, nº 3, 2014, pp. 89-102.

2. José Garcia Domingues, "Aben Mafoim e a conquista do Algarve pelos portugueses", *Brotéria*, vol. 62, nº 3, 1956, pp. 305-327; *Id.*, *Ossónoba na Época Árabe*, Sep. de *Anais do Município de Faro*, 1972, pp. 20-21.

3. Isabel Luzia, "A primeira campanha de escavação da «Casa das Bicas» -- Loulé", *Actas do 5º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 2007)*, *Xelb*, nº 8, 2008, pp. 270-271.

4. Isabel Luzia, "Testemunhos da Ocupação Islâmica em Al-'Ulyà: Estruturas e Cerâmicas", *Actas do 1º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 2001)*, *Xelb*, nº 4, 2003, pp. 227, 232; *Id.*, "Loulé: 10 anos de arqueologia islâmica", *Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 2008)*, *Xelb*, nº 9, 2009, p. 472.

não foram descritos e datados com o devido rigor<sup>5</sup>. Mais que uma atribuição precisa, sempre difícil com base nos vestígios arqueológicos, a datação proposta parece resultar do fascínio exercido pelos grandes acontecimentos, se não for consequência de uma opinião comum, que vincula a conquista a episódios de violência generalizada. Como se as comunidades islâmicas da península não tivessem direito à guerra, ou a todas as outras demonstrações de força, de crueldade e de destruição.

O testemunho mais significativo da conquista de Loulé encontra-se num texto tardio e há muito conhecido, a *Crónica da Conquista do Algarve*, que está hoje identificado como um extracto da *Crónica de Portugal de 1419*<sup>6</sup>. Como se sabe, essa crónica situa a tomada da vila na sequência da rendição de Faro, na Primavera de 1249<sup>7</sup>, após um breve cerco organizado por Paio Peres Correia e pelos freires de Santiago<sup>8</sup>. Apesar das enormes reservas suscitadas por este relato, nem sempre fáceis de conciliar com os diplomas conhecidos<sup>9</sup>, o episódio tem sido aceite pela maior parte dos investigadores. Com base nele, frei João de S. José, ou um leitor do original manuscrito, já que a informação consta de uma nota marginal ao texto, associou a conquista ao dia de S. Clemente<sup>10</sup>, padroeiro da única freguesia da vila. A data em causa, 23 de Novembro, foi acolhida por Joaquim Romero Magalhães<sup>11</sup>, e, depois dele, por quantos se interessaram pelo assunto<sup>12</sup>, como se fosse matéria resolvida, que não merecesse maior atenção. Tal como tantas vezes acontece, a hipótese cedo se transformou numa certeza.

Nada sugere, no entanto, um cerco violento e prolongado, capaz de atrasar a capitulação da vila até Novembro de 1249. O contexto criado pela sujeição de Faro, em Março desse ano, o mais tardar<sup>13</sup>, sem que recebesse qualquer auxílio do exterior, não favorecia uma resistência obstinada e o cronista de 1419 insistirá, como se viu, num as-

- 
5. Isabel Luzia, "Testemunhos da Ocupação Islâmica", *cit.*, p. 227. Ao contrário das peças almorávidas e almóadas (jarros, cântaros e panelas), as cerâmicas cristãs não foram estudadas, nem descritas, ou sequer desenhadas. A cronologia proposta para estas últimas, além de vaga – finais do século XIII, ou século XIV – não parece arrancar, portanto, de uma análise das suas características internas, sejam elas técnicas, formais, ou estilísticas, mas de considerações de outro tipo, que não foram devidamente explicitadas.
  6. Filipe Alves Moreira, *A Crónica de Portugal de 1419: Fontes, Estratégias e Posteridade*, Lisboa, 2013, pp. 277-302. Para as publicações que deram a conhecer a crónica descoberta em Tavira em 1788, e lhe fixaram o nome por que ela passou a ser conhecida, Fr. Joaquim de Santo Agostinho, "Sobre huma Chronica inedita da Conquista do Algarve", *Memórias de Litteratura Portuguesa*, t. I, 1792, pp. 74-97; *Portugaliae Monumenta Historica. Scriptores*, Lisboa, 1861, vol. I, pp. 415-420.
  7. Para a data da conquista de Faro, Leontina Ventura, *D. Afonso III*, Lisboa, 2006, pp. 89-90.
  8. *Crónica de Portugal de 1419*, ed. de Adelino de Almeida Calado, Aveiro, 1998, p. 159.
  9. Para uma análise da crónica e dos problemas a ela associados, Alexandre Herculano, *História de Portugal. Desde o começo da monarquia até o fim do reinado de Afonso III*, ed. de J. Mattoso, Lisboa, 1980, vol. III, pp. 21, 531 e as notas críticas de J. Mattoso, pp. 197-198, 587; Luís Krus, "Crónica da Conquista do Algarve", in G. Lanciani e G. Tavani (coords.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, 1993, p. 176.
  10. Fr. João de S. José, "Corografia do Reino do Algarve", in *Duas Descrições do Algarve do Século XVI*, ed. de Manuel Viegas Guerreiro e de Joaquim Romero Magalhães, Lisboa, 1983, p. 96. Ao contrário do que defendem os editores do texto (*ibidem*, pp. 6-11), frei João de S. José utilizou algum manuscrito da *Crónica de 1419*. O facto atesta-se pela referência à defesa de Tavira pelos sete mártires durante o cerco imposto por Afonso XI de Castela (*ibidem*, pp. 73-74), episódio que falta em Rui de Pina, a sua fonte principal.
  11. Joaquim Romero Magalhães, "Uma interpretação da Crónica da Conquista do Algarve", *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, Porto, 1987, vol. I, p. 131.
  12. Entre outros, Maria de Fátima Botão, *A Construção de uma Identidade Urbana no Algarve Medieval. O caso de Loulé*, Lisboa, 2009, pp. 99-100; Jorge F. Palma, *O desenvolvimento urbano de Loulé. Do período medieval ao fim da época moderna*, dissertação de mestrado policopiada, Faro, 2015, p. 39.
  13. Leontina Ventura, *D. Afonso III*, *cit.*, pp. 89-90. Em Faro, em Março de 1249 (*Livro dos Bens de D. João de Portel*, ed. de P. de Azevedo e de A. Braancamp. Freire, *fac-símile* da edição de 1906-1910, Lisboa, 2003, nº 28, p. 37), já o rei doava umas casas em Santarém a João Peres de Aboim.

séδιο breve, ideia que frei João de S. José repetirá depois<sup>14</sup>. Os itinerários de Afonso III e de Paio Peres Correia mostram que eles pouco, ou nada, se demoraram na região após a queda de Faro. Em Março desse ano, Paio Peres já estava em Alcácer do Sal, onde deu foral a Setúbal, documentando-se o monarca no Crato em Maio seguinte, donde seguirá para Coimbra<sup>15</sup>. A retirada de ambos é muito significativa, por ocorrer durante a época mais propícia para as operações militares, assim demonstrando que o domínio do Algarve ficara, nessa data, devidamente assegurado. A conquista de Loulé recordada pelo cronista de 1419 pode não ter sido, portanto, muito posterior à rendição de Faro, nem ter imposto um assalto mais difícil e demorado. Para forçar a capitulação de uma vila isolada, talvez mais não fosse preciso que preparar um cerco em forma, com as habituais escaramuças de parte a parte, que serviam sobretudo para medir a determinação de uns e de outros. Ao contrário do que se tem dito e repetido<sup>16</sup>, nada comprova que o assédio tenha sido especialmente violento. Os níveis de destruição revelados pela arqueologia são, na verdade, de cronologia incerta e problemática, sem poderem ser directamente associados a qualquer episódio da conquista cristã.

Como era habitual nestas circunstâncias, mormente quando não se esperava qualquer socorro exterior, é muito provável que os defensores da vila tivessem negociado a rendição. Ao contrário de Faro, nem o foral, nem a *Crónica de 1419*, aludem a avenças, ou negociações, embora já frei João de S. José advertisse que Loulé se tomara *sem enfadamento de cerco*<sup>17</sup>. Segundo um diploma posterior, de Dezembro de 1431, os muçulmanos da vila guardavam memória, no entanto, de um pacto celebrado *com o primeiro Rey que a terra tomou aos mouros*<sup>18</sup>. Através desse acordo, igualmente recordado por outros documentos do século XV<sup>19</sup>, fora-lhes garantida a posse da quarta parte das herdades do termo, pela qual só pagavam a dízima das novidades ao monarca, estando isentos de outro foro, ou tributo<sup>20</sup>. Tinham conseguido, portanto, condições muito vantajosas, talvez semelhantes às dos muçulmanos de Silves<sup>21</sup>, mas unicamente admissíveis em caso de rendição e estabelecidas por certo quando a terra se *tomou aos mouros*. Se o pacto mantivera o povoamento e assegurara rendas ao monarca, como parece, deve ter poupado as estruturas urbanas e os campos em redor das devastações e das cicatrizes da guerra<sup>22</sup>. Nada o confirma de forma directa, mas as primeiras referências à vila

---

14. *Crónica de Portugal de 1419*, cit., p. 159; Fr. João de S. José, "Corografia" cit., p. 96.

15. Henrique David, José Augusto Pizarro, "A Conquista de Faro. O reavivar de uma questão", *Actas das II Jornadas de História Medieval do Algarve e da Andaluzia*, Loulé, 1989, pp. 121-122; Leontina Ventura, *D. Afonso III*, cit., p. 92. Para o itinerário de Paio Peres Correia, que estava em Sevilha, a 15 de Janeiro de 1249, em Alcácer em Março desse ano, e, de novo em Sevilha, a 18 de Novembro de 1250, Manuel López Fernández, *La Orden de Santiago y el Maestro Pelay Pérez Correa*, Ciudad Real, 2001, pp. 641-664.

16. Isabel Luzia, "Testemunhos da Ocupação Islâmica", cit., pp. 225-227, 232; Maria de Fátima Botão, *A Construção de uma Identidade*, cit., pp. 59-60, 99; Jorge F. Palma, *O desenvolvimento urbano de Loulé*, cit., pp. 46, 54; Luísa F. Martins, *Contributos para a História da Alimentação Algarvia: A partir das Atas de Vereação do Concelho de Loulé (1384-1488)*, Loulé, 2016, pp. 29-30.

17. Fr. João de S. José, "Corografia" cit., p. 96.

18. Maria de Fátima Botão, *A Construção de uma Identidade*, cit., pp. 113-114; Maria Filomena Barros, *Tempos e Espaços de Mouros: A minoria muçulmana no reino português (Séculos XII a XV)*, Lisboa, 2007, pp. 111, 482.

19. Maria Filomena Barros, *Tempos e Espaços de Mouros*, cit., pp. 483-485.

20. Maria de Fátima Botão, *A Construção de uma Identidade*, cit., pp. 113-114; Maria Filomena Barros, *Tempos e Espaços de Mouros*, cit., pp. 111, 482.

21. Maria Filomena Barros, *Tempos e Espaços de Mouros*, cit., p. 113.

22. Para um inventário das devastações provocadas pela guerra, mas para um período posterior, já dominado pelas guerras com Castela, João Gouveia Monteiro, Miguel Gomes Martins, *As Cicatrizes da Guerra no Espaço Fronteiriço Português (1250-1450)*, Coimbra, 2010.

cristã, todas da época em que Afonso X senhoriava o Algarve, por concessão de Afonso III<sup>23</sup>, revelam, pelo menos, uma sociedade razoavelmente ordenada. Disso dá conta a doação ao bispo de Silves das igrejas da região e de duas herdades de cavalaria em Loulé, a 8 de Abril de 1261<sup>24</sup>, ou a cessão de outros bens na vila ao alvazil Domingos Ruiz e ao deão de Braga, Fernando Anes, em data que se ignora, mas que foi recordada pelo foral de 1266<sup>25</sup>. Por outro lado, os sinais de depressão demográfica não eram muito evidentes — em 1264, a vila acomodara a saída de várias famílias cristãs para povoarem Jerez de la Frontera<sup>26</sup> —, enquanto o castelo e as muralhas se mantinham em bom estado, pois foram incluídos entre as fortificações algarvias que o monarca castelhano confiara à guarda de João Peres de Aboim e de Pedro Anes de Portel por volta de 1253, e que determinou devolver a Afonso III, em Fevereiro de 1267<sup>27</sup>. À parte o conflito sobre a soberania do Algarve, que só naquela data ficou resolvido, a vida em Loulé decorria, pois, com a normalidade imposta pelos novos senhores da terra.

Tudo indica, assim, que a vila não foi tomada à força, mas que acordou os termos da submissão com o monarca, talvez na Primavera de 1249. Muito antes, portanto, de 23 de Novembro desse ano, o dia da festa de S. Clemente, pelo que a escolha do patrono da igreja de Loulé não guarda qualquer relação com aquele contexto militar. Talvez ela fosse decidida pelo dia de consagração do templo, ou, quiçá melhor, pela devoção particular de Fernando Anes, o deão de Braga, que fora herdado na vila e que haveria de instituir, em 1272, uma capela de S. Clemente na Sé de Braga<sup>28</sup>. Apesar de mais atractiva, não é fácil demonstrar esta última hipótese. Não se sabendo quando o deão foi beneficiado com os bens de Loulé — que o foral de 1266 reservou para a Coroa —, não é possível associar a sua devoção à dedicação da igreja, a qual deverá ter ocorrido, por acréscimo, pouco depois da conquista da vila<sup>29</sup>. Seja como for, a escolha foi invulgar. No Algarve não havia nenhuma outra igreja colocada sob a protecção de S. Clemente, predominando os templos dedicados a S. Maria, ou a Santiago, como se verifica através da listagem de 1320<sup>30</sup>. Nas terras do Norte, não eram de igual modo mais numerosas,

---

23. Entre outros, Leontina Ventura, *D. Afonso III, cit.*, pp. 138-148; José Mattoso, "As relações de Portugal com Castela no reinado de Afonso X, o Sábio", *Fragmentos de Uma Composição Medieval*, Lisboa, 1987, pp. 73-94.

24. *Chancelaria de D. Afonso III. Livros II e III*, ed. de Leontina Ventura, A. Resende de Oliveira, Coimbra, 2011, Lv. III, nº 3, pp. 237-239.

25. *Chancelaria de D. Afonso III. Livro I*, ed. de Leontina Ventura, A. Resende de Oliveira, Coimbra, 2006, vol. I, nº 361, pp. 419-420. Para a identificação de Domingos Ruiz como alvazil de Afonso X, veja-se a doação de 1261 ao bispo de Silves, acima mencionada, na qual são referidos os moinhos dele em Tavira. Ao contrário do que se tem admitido (Maria de Fátima Botão, *A Construção de uma Identidade, cit.*, p. 109), o deão de Braga citado pelo foral de Loulé deve ser identificado com Fernando Anes, que era deão de Braga e notário de Afonso X, *Documentación e Itinerário de Alfonso X el Sabio*, ed. de Manuel González Jiménez, M<sup>a</sup> Antonia Carmona Ruiz, Sevilha, 2012, nº 122 (de 20-IV-1253); *Chancelaria de D. Afonso III. Livros II e III, cit.*, Lv. III, nº 24, pp. 266-267 (de 20-IV-1263). Para dados sobre Fernando Anes, que era dos de Portocarreiro e teve um percurso entre Castela e Portugal, Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, dissertação de doutoramento policopiada, Coimbra, 1992, vol. II, pp. 757-760; Ana Maria Rodrigues, João Carlos Ribeiro, Maria Antonieta da Costa, Maria Justiniana Maciel, *Os Capitulares Bracarense (1245-1374): Notas Biográficas*, Lisboa, 2005, pp. 52-58.

26. Henrique David, "Os Portugueses nos Livros de «Repartimento» da Andaluzia (Século XIII)", *Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e da Andaluzia*, Loulé, 1987, pp. 283-285.

27. *Chancelaria de D. Afonso III. Livro I, cit.*, vol. I, nº 381, pp. 435-436, nº 383, pp. 439-440.

28. Avelino de Jesus da Costa, *O Bispo D. Pedro e a Organização da Arquidiocese de Braga*, 2<sup>a</sup> ed. refundida e ampliada, Braga, 1997, vol. I, p. 476.

29. Talvez a consagração da igreja date de Março de 1250, quando Afonso III esteve de novo em Faro (*Chancelaria de D. Afonso III. Livro I, cit.*, nº 206, pp. 233-234), sendo anterior, portanto, ao conflito com Afonso X sobre a jurisdição do Algarve.

30. Para a mais recente e melhor edição dessa lista, *La Construction Administrative D'Un Royaume: Registres de Bénéfices Ecclésiastiques Portugais (XIII-XIV<sup>e</sup> Siècles)*, ed. de Stéphane Boissellier, Lisboa, 2012, doc nº 2, pp. 187-188.

apenas surgindo como orago de duas freguesias e titular secundário de uma terceira, além da citada capela da Sé de Braga<sup>31</sup>. Não estando ausente das invocações das igrejas do reino, a preferência por S. Clemente não era habitual, nem o seu culto estaria muito difundido, pelo que a escolha só com dificuldade podia corresponder a uma tradição trazida pelos homens do Norte.

Mas a opção por S. Clemente pode não ter relação com a data de sacração do templo e não ser meramente accidental. Importa compilar, por isso, os dados conhecidos sobre a sua vida e culto. Mais conhecido pela ligação aos apóstolos, aos testemunhos directos da vida de Cristo, Clemente foi um eclesiástico culto — é autor de uma epístola aos Coríntios, o primeiro texto cristão depois do *Novo Testamento* —, atento ao diálogo e à reconciliação entre os fiéis e os seus ministros, tendo sido o terceiro sucessor de S. Pedro na cátedra de Roma, nos anos noventa do século I<sup>32</sup>. O culto organizou-se nessa cidade durante o século IV, com base em tradições espúrias e sem valor histórico, mas que o converteram num antigo mártir, imagem que definiria a sua reputação no decurso dos séculos seguintes<sup>33</sup>. De acordo com a sua *Paixão*, Clemente foi exilado para a Crimeia devido às suas actividades apostólicas em Roma, sendo forçado a trabalhar nas minas, mas onde desenvolveu uma intensa actividade evangelizadora, marcada pela descoberta miraculosa de uma fonte e pela conversão de tantos gentios que foi necessário erguer e consagrar setenta e cinco igrejas<sup>34</sup>. Foi aí que se consumou o seu martírio, sendo lançado ao mar com uma âncora à volta do pescoço, embora o seu túmulo, que fora feito por dois anjos, se descobrisse uma vez por ano, por ocasião de uma maré particularmente baixa. A difusão mais ampla do culto dependeu, aliás, da invenção das suas relíquias, recuperadas por S. Cirilo e S. Metódio, os apóstolos dos territórios eslavos, que as trasladaram para a igreja de S. Clemente de Roma, por finais do século IX<sup>35</sup>. Data dessa época a disseminação do culto pelo ocidente medieval, da Boémia à Alemanha e à França, e, sobretudo, à Inglaterra, com mais de quarenta igrejas dedicadas<sup>36</sup>. O sacramentário toledano do século IX também atesta a sua presença na Península, mas ele era particularmente importante entre as comunidades moçárabes do Sul, talvez desde o século anterior, tanto mais que a igreja de Santa Cruz de Guadix já possuía, em 652, algumas relíquias do santo<sup>37</sup>.

Mesmo sem forçar as circunstâncias, a protecção de S. Clemente adaptava-se bem aos desafios que a igreja de Loulé enfrentava. Apesar de a vila se sujeitar agora a novos senhores, fiéis de outro credo e com outros costumes e vontades, quase tudo nela evocava o passado islâmico. A herança desses tempos era ainda muito visível nas muralhas

---

31. Avelino de Jesus da Costa, *O Bispo D. Pedro*, cit., p. 476. Entre as igrejas do padroado régio, não há outra dedicada a S. Clemente, Bernardo Sá-Nogueira, "A Organização do Padroado Régio Durante o Reinado de D. Dinis — Listas das Apresentações (1297-1321)", *Arqueologia do Estado. I<sup>as</sup> Jornadas sobre formas de organização e exercício dos poderes na Europa do Sul. Séculos XIII-XIV*, Lisboa, 1988, vol. I, pp. 428-429.

32. David Hugh Farmer, *The Oxford Dictionary of Saints*, Oxford, 1978, s. v. "Clement"; Jean-Marie Salamito, s. v. "Clément I", in Philippe Levillein (dir.), *Dictionnaire Historique de la Papauté*, Paris, 1994. Também Christopher Cheney, *A Handbook of Dates: For students of British history*, ed. revista por M. Jones, Cambridge, 2000, p. 50.

33. Para o culto em Roma, vejam-se os títulos da nota anterior.

34. David Hugh Farmer, *The Oxford Dictionary*, cit., s. v. "Clement".

35. David Hugh Farmer, *The Oxford Dictionary*, cit., s. v. "Clement"; Avelino de Jesus da Costa, *O Bispo D. Pedro*, cit., p. 476.

36. David Hugh Farmer, *The Oxford Dictionary*, cit., s. v. "Clement".

37. Carmen Garcia Rodriguez, *El Culto de Los Santos en La Espana Romana Y Visigoda*, Madrid, 1966, pp. 72, 170-171. No século VI, o culto já estava difundido fora de Roma (*ibidem*, p. 170), uma vez que a festa de S. Clemente consta do Calendário de Cartago.

e nas portas que nelas se abriam, em muitas das casas e em quase todos os objectos do quotidiano, sem esquecer a própria igreja, que fora adaptada a partir de uma antiga mesquita<sup>38</sup>. Mais importante, a maior parte da população era muçulmana. Se havia a intenção de a reduzir à quarta parte das gentes da vila, como sugere a reserva do quarto dos herdamentos, ela devia ser então maioritária, tanto mais que o foral de 1269, ao garantir-lhes a liberdade de culto e a protecção do monarca<sup>39</sup>, promovera a concentração dos muçulmanos na vila. Nesses primeiros tempos, eles distribuíam-se por todo o espaço urbano, sem estarem confinados a um bairro próprio, a mouraria, que só se organizará numa fase posterior, em terrenos do concelho<sup>40</sup>, integrando-se de resto entre os vizinhos da vila, com voz activa nas assembleias concelhias<sup>41</sup>. A eles, juntava-se uma outra comunidade, a dos judeus, menos numerosos, não menos influentes<sup>42</sup>, e também, talvez, algumas famílias de antigos moçárabes, ou que deles descendiam, pelo menos, cuja conversão ao Islão era ainda muito recente, como sugerem os rituais de deposição dos corpos no cemitério islâmico da Quinta da Boavista<sup>43</sup>. Tudo isto revelava, em suma, um espaço social distinto, que podia pôr em perigo a fé cristã pelo contacto com fiéis de outros credos, ou com outras tradições, mas que se abria igualmente à pregação da palavra de Deus e à conversão dos gentios. Tudo parecia convidar, portanto, que a igreja da vila fosse posta sob a protecção de um antigo pontífice, para manifestar a relação com Roma e a pertença à Cristandade, numa clara demonstração de autoridade perante as outras religiões, feita por acréscimo através de um prelado culto e com fama de evangelizador. A história do seu martírio apresentava-o, na verdade, como responsável por conversões generalizadas e o seu culto em nada era alheio ao território peninsular, vista a projecção que em tempos usufruía entre as comunidades moçárabes do Sul.

Quaisquer que fossem as inquietações por detrás da escolha de S. Clemente, elas não podiam ser encaradas sem que primeiro se resolvesse o diferendo sobre o direito de padroado, procedente do período anterior e do conflito com Castela sobre o Algarve. Como se viu, Afonso X doara ao bispo de Silves, a 8 de Abril de 1261, a igreja de Loulé, assim como as demais do Algarve<sup>44</sup>, dádiva que Afonso III ignorara em Agosto de 1266<sup>45</sup>, quando deu foral a Silves, Loulé, Faro e Tavira e reservou para a Coroa os padroados respectivos. O impasse só se decidiria em Fevereiro de 1270, como já foi notado<sup>46</sup>, depois de Afonso III ter entregue a igreja de Santiago de Tavira ao bispo de

---

38. Cláudio Torres, "Al-Gharb", in Maria Filomena Barata (ed.), *Noventa séculos entre a serra e o mar*, Lisboa, 1997, p. 436; Jorge F. Palma, *O desenvolvimento urbano de Loulé*, cit., pp. 30-32.

39. *Chancelaria de D. Afonso III. Livro I*, cit., vol. II, n.º 423, pp. 20-21.

40. Maria de Fátima Botão, *A Construção de uma Identidade*, cit., pp. 112, 327. Para uma descrição do bairro, Jorge F. Palma, *O desenvolvimento urbano de Loulé*, cit., pp. 73-75.

41. Maria Filomena Barros, *Tempos e Espaços de Mouros*, cit., pp. 323-343.

42. Maria de Fátima Botão, *A Construção de uma Identidade*, cit., pp. 111, 351

43. Luís Filipe Oliveira, "Recensão a *Património Islâmico dos Centros Urbanos do Algarve: Contributos para o Futuro. Comunicações apresentadas nos Seminários de Faro, Tavira e Loulé*, Faro, 2002", *Promontoria. Revista do Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve*, n.º 1, 2003, pp. 147-151. Para os dados da arqueologia, Isabel Luzia, "A escavação arqueológica de emergência do cemitério muçulmano da «Quinta da Boavista»/Loulé", *Al'-Ulyã. Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, n.º 7, 2000, pp. 129-186. Para um panorama sobre a presença moçárabe, José Mattoso, "Os Moçárabes", *Fragments de Uma Composição Medieval*, Lisboa, 1987, pp. 19-34.

44. *Chancelaria de D. Afonso III. Livros II e III*, cit., Lv. III, n.º 3, pp. 237-239.

45. *Chancelaria de D. Afonso III. Livro I*, cit., n.º 361, pp. 419-420.

46. Hermínia Vilar, "Entre o rei, o bispo e a ordem de Santiago: Loulé e o reino do Algarve (séculos XIII-XIV)", *Al'-Ulyã. Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, n.º 15, 2015, p. 85.

Silves<sup>47</sup>, reconhecendo este, em finais de Março desse ano, Afonso III como o único senhor do Algarve e renunciando às doações que haviam sido feitas pelo rei castelhano<sup>48</sup>. Tal como a maior parte das igrejas da região — a de Cacela e de Albufeira eram excepção, à data entregues a Santiago e a Avis<sup>49</sup> —, a de Loulé quedava-se, assim, sob o domínio da Coroa. A ordenação dos direitos eclesiásticos haveria de sofrer, contudo, outras alterações. Dois anos depois, em Janeiro de 1272, Afonso III cedia à Ordem de Santiago o padroado das igrejas de S. Maria de Faro, de Tavira e de Cacela, além da que se construísse em Castro Marim, no quadro de um conflito sobre o controlo da fronteira do Guadiana, que forçou a milícia a desistir das jurisdições de Cacela e de Tavira<sup>50</sup>. O quadro completou-se no reinado seguinte, primeiro com a entrega das igrejas de S. Maria de Aljezur e de S. Clemente de Loulé à Ordem de Santiago, no âmbito de um escambo com a Coroa, em Dezembro de 1297, confirmado no mesmo mês de 1298<sup>51</sup>, em seguida com a doação à mesma ordem da igreja de Alcoutim, já nos primeiros anos do século XIV<sup>52</sup>.

Nem tudo ficou decidido. Havia que ajustar, ainda, o modo como se podia exercer o direito de padroado, regulando a extensão da jurisdição episcopal, no que tocava à provisão, à visita e à correcção dos clérigos, ou determinando os direitos que cabiam ao bispo nas igrejas da diocese<sup>53</sup>. Tal como noutros espaços, o assunto motivou vários conflitos e acordos, sobretudo com a Ordem de Santiago, a principal detentora de direitos de padroado da região, que controlava, além do mais, as igrejas mais rentáveis, caso de Loulé, seguida de Tavira e de Faro<sup>54</sup>. Entre eles, o mais antigo foi celebrado em Sevilha, a 18 de Março de 1263, entre o bispo Garcia e Paio Peres Correia, mas respeitava apenas às igrejas de Aiamonte e de Cacela<sup>55</sup>. Nele prescrevia-se a competência restrita do bispo na confirmação e na visita anual dos clérigos apresentados para as igrejas da ordem, mas os direitos sobre o dízimo ficaram longe da terça pontifical e reduziram-se à redízima, quer dizer, à centésima parte dele. As vantagens assim obtidas pelos freires não foram duradouras, e, a 25 de Outubro de 1274, em Lyon, já as partes se entendiam para aceitar o que o cardeal português, Pedro Julião, decidisse sobre a jurisdição e as

---

47. *Chancelaria de D. Afonso III. Livro I, cit.*, vol. 2, nº 482, pp. 77-78.

48. *Chancelaria de D. Afonso III. Livros II e III, cit.*, Lv. III, nº 15, pp. 256-257. Também Hermínia Vilar, "Entre o rei, o bispo e a ordem de Santiago", *cit.*, p. 85.

49. Para a doação de Albufeira, em Março de 1250, *Chancelaria de D. Afonso III. Livro I, cit.*, nº 206, pp. 233-234. A vila de Cacela fora doada a Santiago por Sancho II em 1240, sendo confirmada por Afonso III em 1255, ao contrário do que então sucedeu com Tavira, Luís Filipe Oliveira, "A ordem de Santiago e a conquista", *cit.*, pp. 96, 100-101.

50. José Marques, "Os castelos algarvios da Ordem de Santiago no reinado de Afonso III", *Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve, cit.*, pp. 109-110 e docs. nº 6 e 7; Luís Filipe Oliveira, "A ordem de Santiago e a conquista", *cit.*, p. 99.

51. Mário Sousa Cunha, *A Ordem Militar de Santiago (Das origens a 1327)*, dissertação de mestrado policopiada, Porto, 1991, pp. 138-139.

52. Luís Filipe Oliveira, "A ordem de Santiago e a conquista", *cit.*, pp. 99-100

53. Para um panorama, Hermínia Vilar, *As Dimensões de um Poder. A Diocese de Évora na Idade Média*, Lisboa, 1999, pp. 235-237, 252 e ss.

54. João Luís Fontes, "Entre Faro e Loulé: a terra da «Senhora Santa Bárbara» (séculos XIII-XVI)", in João Pedro Bernardes, Luís Filipe Oliveira (coords.), *Santa Bárbara de Nexe. A História, a Igreja e a Memória*, Santa Bárbara, 2006 pp. 39-40; Maria de Fátima Botão, *A Construção de uma Identidade, cit.*, pp. 127-128.

55. ANTT, Mesa da Consciência e Ordens (MCO), *Ordem de Santiago / Convento de Palmela*, Documentos Particulares (DP), Mç 1, nº 2. A cópia do Livro dos Copos (*Livro dos Copos*, vol. I, coord. de Paula Pinto Costa, *Militarium Ordinum Analecta*, nº 7, 2006, nº 230, pp. 398-400) traz erro na data (1264) e no local (Setúbal).

dízimas das igrejas do Algarve<sup>56</sup>, posto que daí nada tenha resultado. Que esteja pelo menos referido por outros diplomas e seja conhecido.

O problema só se resolveria anos mais tarde, através de dois compromissos, ambos na época do mestre João Osório. Respeita a Loulé o mais antigo, com data de 15 de Junho de 1299, cujo paradeiro se ignora, mas que foi mencionado numa convenção posterior, de Maio de 1482<sup>57</sup>. Por ela se comprova que esse acordo era de teor semelhante ao que as partes negociariam sobre as igrejas de Faro e de Tavira, em Maio de 1301, num ajuste que se estendia a Cacela e a Castro Marim<sup>58</sup>. Doravante, os dízimos, os mortuórios e as demais rendas desses templos seriam repartidos, em partes iguais, entre o bispo e a ordem, mas era o prelado quem se obrigava a remunerar metade dos raçoeiros, ou a responder por parte idêntica do soldo dos sacristães e dos capelães de Cacela e de Castro Marim. Ao bispo, cabia a confirmação e a visita dos clérigos apresentados pela ordem, escolhendo ainda metade dos cinco raçoeiros de Faro e de Tavira, número que fora reduzido para quatro na igreja de Loulé, como sugerem referências mais tardias<sup>59</sup>. Mau grado os conflitos subsequentes entre as partes, motivados em grande medida pelo exercício da jurisdição episcopal<sup>60</sup>, a questão da partilha das rendas eclesiásticas parece ter ficado resolvida pelos acordos de 1299 e de 1301, cujos termos foram de resto recordados e sancionados pela convenção de Maio de 1482<sup>61</sup>.

Datam igualmente da segunda metade do século XIII as primeiras notícias de priores de S. Clemente de Loulé. São todas da época em que o templo era do padroado da Coroa e mostram que as preocupações evocadas pelo perfil de S. Clemente não foram abandonadas, dada a escolha de clérigos com boa formação letrada. A mais antiga respeita a Pedro Afonso, filho de Fernando Anes, o deão de Braga, e data de 21 de Fevereiro de 1263<sup>62</sup>. Pouco se manteve no lugar, e, em Abril de 1268, já fora substituído pelo mestre Tomé Gonçalves, tesoureiro de Braga, clérigo do rei e seu procurador em Roma, que faleceria em Novembro de 1280<sup>63</sup>. Por esses anos, a igreja foi entregue a um clérigo cuja identidade se ignora, mas que figura, lado a lado com o prior de Faro, entre a vintena de eclesiásticos e de religiosos que solicitaram licença a Nicolau IV, em Novembro de 1288, para desviarem parte das rendas das suas igrejas para o sustento do Estudo Geral de Lisboa<sup>64</sup>. Ignora-se qual fosse a resposta do pontífice — a bula que confirmou

56. ANTT, MCO, *Ordem de Santiago / Convento de Palmela*, DP, Mç. 1, nº 3; cópia no *Livro dos Copos*, cit., nº 228, pp. 395-397. Para o contexto deste acordo, Hermínia Vilar, "Entre o rei, o bispo e a ordem de Santiago", cit., pp. 83-84.

57. *Livro dos Copos*, cit., nº 243, pp. 428-430.

58. ANTT, MCO, *Ordem de Santiago / Convento de Palmela*, DP, Mç. 1, nº 11; cópia imperfeita no *Livro dos Copos*, cit., nº 231, pp. 400-404.

59. Para o número de raçoeiros em S. Clemente, *Visitação da Ordem de Santiago ao Algarve (1517-1518)*, coord. de Manuel Pedro Serra, transcrições de Fernando Calapez e António Viegas, suplemento da revista *Al-Ulyã*, nº 5, Loulé, 1996, p. 77.

60. Mário Sousa Cunha, *A Ordem Militar de Santiago*, cit., p. 144; Hermínia Vilar, "Entre o rei, o bispo e a ordem de Santiago", cit., pp. 79, 82; Luís Filipe Oliveira, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores, As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*, Faro, 2009, p. 258 e nt. 285.

61. *Livro dos Copos*, cit., nº 243, pp. 428-430. O acordo de 1301 está aqui datado, note-se, de 1309.

62. ANTT, *Gaveta 10*, Mç. 3, nº 15. A apresentação de Pedro Afonso para Loulé era conhecida, posto que ele tivesse sido identificado por lapso como "filho do rei", Maria Alegria Marques, *O Papado e Portugal no Tempo de Afonso III (1245-1279)*, dissertação de doutoramento policopiada, Coimbra, 1990, p. 206, nt. 199.

63. Maria Alegria Marques, *O Papado e Portugal*, cit., pp. 159-161; Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte*, cit., vol. II, pp. 773-774; Ana Maria Rodrigues et al., *Os Capitulares Bracarenses*, cit., pp. 135-138.

64. *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, ed. de A. Moreira de Sá, Lisboa, 1966, vol. I, nº 2 (de 12-IX-1288) e nº 3 (versão em português).



a criação da Universidade é dois anos posterior<sup>65</sup> –, mas aquele compromisso do prior, aparentemente voluntário, mostra que ele valorizava a instrução escolar dos clérigos e dos leigos, predispondo-se a abdicar de parte dos rendimentos à sua disposição para custear os estudos. Tal como ele, por certo, foi substituído por um clérigo do rei, João Peres do Alprão, a 20 de Julho de 1289, que, para lá de outros cargos eclesiásticos, será o chanceler do monarca entre 1291 e 1295<sup>66</sup>. A rotação no priorado era, porém, elevada, e, a 23 de Julho de 1291, já ele estava ocupado por João Martins de Soalhães, conselheiro do rei e seu embaixador em Roma, uns anos antes, que será bispo de Lisboa a partir de 1294 e arcebispo de Braga, entre 1313 e 1325<sup>67</sup>. O seu sucessor em Loulé não foi menos ilustre. Entre Abril de 1294 e Agosto de 1296, pelo menos, o templo esteve entregue a Estêvão Anes Bocharo, outro clérigo e chanceler do rei entre 1296 e 1318, que foi bispo de Coimbra de 20 de Dezembro de 1303 até à sua morte, em Setembro de 1318<sup>68</sup>. Apesar de a informação não ser segura, é bem provável que ele tenha conservado o priorado de S. Clemente até à sua sagração episcopal.

Pelas suas competências letradas, ou pelos seus percursos pessoais, todos estes clérigos faziam justiça às preocupações que se manifestavam por meio da eleição de S. Clemente como patrono da freguesia. Nenhum deles terá sido, no entanto, uma figura presente e activa no plano local. O seu estatuto e as funções que exerceram ao serviço do monarca, ou noutras dioceses, afastavam-nos por certo de uma vila algarvia situada nos confins do reino. Mais que a cura das almas e a pregação da palavra, o que sobretudo ditara estas nomeações fora o benefício associado a S. Clemente – em 1320, o rendimento do prior foi estimado em 150 libras<sup>69</sup>, mas as rendas totais da igreja ascendiam nessa data a 1065 libras, quantia que a colocava entre as mais rentáveis do padroado régio<sup>70</sup>. Apesar de providos como priores de Loulé, não eram eles quem cumpria efectivamente os deveres sacerdotais respectivos, os quais estavam por certo a cargo de outrém. Talvez eleito entre os clérigos que os serviam e os acompanhavam, ou entre os seus parentes e familiares, pelo que é provável que muitos deles tivessem uma formação letrada de bom nível.

Não é certo, contudo, que eles se tenham de todo desinteressado pela vida e pelos problemas locais. A maneira como Estêvão Anes Bocharo conciliou o governo da sua diocese com a direcção da chancelaria régia, bem evidente através da articulação do

---

65. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, cit., nº 6 (de 9-VIII-1290). Para a presença da instituição em Lisboa, Hermenegildo Fernandes (coord.), *A Universidade Medieval em Lisboa (Séculos XIII-XVI)*, Lisboa, 2013.

66. Mário Farelo, *O Cabido da Sé de Lisboa e os seus Cónegos (1277-1377)*, dissertação de mestrado policopiada, Lisboa, 2003, vol. II, pp. 274-276. Para uma caracterização do padroado régio e dos clérigos do rei, Bernardo Sá-Nogueira, "A Organização do Padroado Régio", cit., pp. 423 e ss.; Mário Farelo, Filipa Roldão, André Marques, "Les Clercs dans L'Administration Dionysienne", in *Carreiras Eclesiásticas no Ocidente Cristão (Séc. XII-XIV) / Ecclesiastical Careers in Western Christianity (12th -14th c.)*, Lisboa, 2007, pp. 271-313.

67. Mário Farelo, *O Cabido da Sé de Lisboa*, cit., vol. II, pp. 269-271.

68. Mário Farelo, *O Cabido da Sé de Lisboa*, cit., vol. II, pp. 43-46; Maria do Rosário Morujão, *A Sé de Coimbra: A Instituição e a Chancelaria (1080-1318)*, Lisboa, 2010, pp. 81, 170-181.

69. *La Construction Administrative D'Un Royaume*, cit., p. 187. Tal valor dista pouco do que lhe foi atribuído no ano seguinte (ANTT, MCO, *Ordem de Santiago / Convento de Palmela*, DP, Mç. 1, nº 20 (de 4-IV-1321); cópia no *Livro dos Copos*, cit., nº 104), fixado em 120 libras anuais, mais a provisão de 10,5 soldos por dia, além doutras pensões variáveis, como a terça parte dos aniversários e das missas presentes, ou a adega e as casas de morada propriedade da igreja.

70. Segundo dados da mesma época, proporcionados por um rol de 1328, (Bernardo Sá-Nogueira, "A Organização do Padroado Régio", cit., p. 427), mais de 90% das igrejas do padroado régio não tinha mais de 800 libras de rendimento anual.

seu itinerário com o do rei<sup>71</sup>, mostra que alguns sabiam como harmonizar diferentes afazeres e marcar presença em espaços distintos. Os indícios não são muitos, mas dois deles guardaram memória, pelo menos, nos testamentos respectivos, da anterior relação com Loulé, ou com o Algarve. De João Martins de Soalhães, apenas consta que designou um cónego de Silves, Martim Afonso, como um dos seus testamenteiros, ou que tinha um Lourenço do Algarve entre os seus criados e familiares, a quem deixou um legado de 40 libras<sup>72</sup>. No testamento feito em Santarém a 17 de Junho de 1318, Estêvão Anes Bochardo havia de destinar uma verba de 200 libras para as obras da igreja de S. Clemente<sup>73</sup>, sinal que não esqueceu as gentes e os problemas da terra, apesar dos anos decorridos desde que deixara o priorado da vila.

Com a transmissão da igreja de S. Clemente à Ordem de Santiago, a partir de Dezembro de 1298, o mais tardar, o panorama pouco se alterou. Caso ainda fosse ele o prior da vila, como tudo parece indicar<sup>74</sup>, é provável que Estêvão Anes Bochardo se tenha mantido em funções, sem que a milícia o forçasse à renúncia, pelo menos até à sua eleição como bispo de Coimbra, por finais de 1303. Nada o indica de forma directa, mas ele pertencia a uma linhagem fortemente associada aos freires — o seu pai, João Peres Bochardo, trouxera em préstamo as rendas de Arruda e de Almada — e era próximo de dois mestres da milícia no reino<sup>75</sup>. Pelo seu testamento, Estêvão Anes deixará, aliás, um legado de 200 libras ao mosteiro de Santos, a casa das freiras de Santiago, assim como um outro de 500 libras à própria ordem, pela sua alma e pela alma de um antigo mestre desta, João Fernandes, além das citadas 200 libras para as obras de S. Clemente<sup>76</sup>. Seja como for, a milícia só apresentará novo prior ao bispo de Silves a 22 de Janeiro de 1304<sup>77</sup>, cerca de um mês depois, portanto, de Estêvão Anes se documentar como bispo de Coimbra. Era a primeira vez que ela exercia, por certo, o direito de padroado, já que se previam algumas dificuldades e o procurador seguia munido com um treslado da doação régia da igreja de S. Clemente, que fora feito em Alcácer, a 11 de Dezembro de 1303<sup>78</sup>.

Ao que tudo indica, a Ordem de Santiago não alterou a tradição e manteve o perfil dos priores de Loulé. Em Janeiro de 1304, a escolha recaiu noutro Estêvão Anes, desta vez um freire clérigo da milícia. Não lhe faltavam qualidades para o ofício, a crer pelo menos no retrato que dele deixou o comendador de Palmela e de Setúbal, enquanto procurador da ordem, quando o apresentou ao bispo de Silves como um «homem

---

71. Maria do Rosário Morujão, *A Sé de Coimbra*, cit., pp. 172, 174-176, e Quadro nº 4 às pp. 192-193.

72. Maria do Rosário Morujão (coord.), *Testamenti Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)*, Lisboa, 2010, nº 2.35, pp. 342-348, (de 15-II-1293).

73. *Ibidem*, nº 2.48, pp. 401-408 (de 17-VI-1318). Para uma visão de conjunto, Maria Helena Coelho, Maria do Rosário Morujão, “Les Testaments du Clergé de Coimbra: Des individus aux Réseaux Sociaux”, in *Carreiras Eclesiásticas no Ocidente*, cit., pp. 123-138.

74. No rol de apresentações das igrejas do padroado régio (ANTT, *Gaveta 19*, Mç. 14, nº 3), não se registou outra nomeação para S. Clemente depois da de Estêvão Anes, a 13 de Abril de 1294. No entanto, o citado rol não está completo e falta o ano de 1297, como Bernardo Sá-Nogueira (“A Organização do Padroado Régio”, cit., p. 437 nt. 7) já notara.

75. Luís Filipe Oliveira, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores*, cit., pp. 254-255, 439, nt. 304.

76. Maria do Rosário Morujão (coord.), *Testamenti Ecclesiae*, cit., nº 2.48, p. 404.

77. ANTT, MCO, *Ordem de Santiago / Convento de Palmela*, DP, Mç. 1, nº 7; cópia no *Livro dos Copos*, cit., nº 103. Para um comentário das vicissitudes desta apresentação, Mário Sousa Cunha, *A Ordem Militar de Santiago*, cit., pp. 144-146; Hermínia Vilar, “Entre o rei, o bispo e a ordem de Santiago”, cit., p. 86.

78. ANTT, MCO, *Ordem de Santiago / Convento de Palmela*, DP, Mç. 1, nº 7; cópia no *Livro dos Copos*, cit., nº 103. A expectativa de uma demanda com o bispo de Silves foi mencionada na procuração de 15 de Janeiro de 1304, feita em Alcácer e tresladada no diploma.

filho d algo e boom e entendudo e com boom recado e leterado e lijdimo»<sup>79</sup>. Apesar das dilações do prelado<sup>80</sup>, este não tinha motivos para recusar a apresentação e nada sugere que não o tenha confirmado como prior. Se assim foi, não se manteve no cargo por muitos anos, e, em Setembro de 1315, era já outro freire, Afonso Anes, o prior da vila<sup>81</sup>. Dos seus predicados pessoais pouco se conhece. Ele está sobretudo documentado no âmbito da contenda com o bispo sobre o exercício da jurisdição episcopal, dada a conhecer pelo diploma de 1315, onde se dá conta que Afonso Anes foi escomungado por duas vezes e forçado a reconciliar-se com o bispo através da oferta de um cavalo arreado e de uma lança, no valor de 150 libras, e onde se noticia que o prelado desrespeitara os direitos da milícia e proibira três clérigos, todos moradores na vila, de serem escrivães da igreja de S. Clemente<sup>82</sup>. Tinha talvez uma personalidade buliçosa, já que foi um dos principais opositores do bispo e havia de envolver-se noutra conflito com o mestre da ordem por causa das rendas do priorado, que só ficaria solucionado em Abril de 1321<sup>83</sup>. Ignora-se quanto mais se demorou pelo priorado, mas, por finais de 1343, já aí se documentava outro freire, Sancho Domingues, capelão de S. Maria dos Mártires, o panteão dos mestres da ordem em Alcácer<sup>84</sup>. Sinal claro que os priores de S. Clemente eram seleccionados com algum cuidado, entre os freires mais habilitados e com maior projecção no seio da milícia. Devia ser esse o caso de um outro Afonso Anes, prior de Loulé em Julho de 1356, então nomeado procurador do mestre e da ordem em Almodôvar e no Algarve, com autoridade para recolher e demandar as rendas dos anos passados e futuros<sup>85</sup>. Tinha, assim, diversas competências do âmbito jurídico e administrativo, sendo responsável, ainda, pela nomeação de tesoureiros para as igrejas da ordem.

Mesmo se escolhidos entre os freires mais capazes, nada consta, ou quase, sobre a acção local destes priores. A função principal que lhes cabia e aos quatro raçoeiros de S. Clemente era a oração pelos fiéis, celebrando os ofícios divinos, rezando as horas canónicas ao longo do dia e administrando os sacramentos, tal como as visitas do século XVI haverão de recordar<sup>86</sup>. Desde que se assegurasse a qualidade e a solenidade dos rituais e se mantivesse a oração na igreja – esta era casa de oração, lembravam

---

79. ANTT, MCO, *Ordem de Santiago / Convento de Palmela*, DP, Mç. 1, nº 7. Na versão do *Livro dos Copos* o texto foi modernizado.

80. O bispo não só pediu treslado da procuração e das cartas, como adiou a resposta para quarta-feira de Cinzas, depois do Entrudo, a 11 de Fevereiro desse ano. Para a data de quarta-feira de Cinzas em 1304, Christopher Cheney, *A Handbook of Dates*, cit., pp. 170, 227.

81. ANTT, MCO, *Ordem de Santiago / Convento de Palmela*, DP, Mç. 1, nº 10 (de 9 - IX - 1315); cópia imperfeita no *Livro dos Copos*, cit., nº 236.

82. *Ibidem*. A referência aos três clérigos de Loulé, João Rodrigues, Pedro Anes e Afonso Anes, falta na versão do *Livro dos Copos*.

83. ANTT, MCO, *Ordem de Santiago / Convento de Palmela*, DP, Mç. 1, nº 20 (de 4 - IV - 1321); *Livro dos Copos*, cit., nº 104. Como já foi sublinhado (Hermínia Vilar, "Entre o rei, o bispo e a ordem de Santiago", cit., p. 86), deve respeitar a Afonso Anes a bula papal de 1 de Julho de de 1320, que cometeu ao bispo de Silves o exame das alienações feitas pelo prior de S. Clemente (ANTT, *Colecção Especial*, Cx. 5, nº 11), por certo no contexto do conflito com o mestre.

84. ANTT, MCO, *Ordem de Santiago / Convento de Palmela*, Convento de Palmela (CP), Mç. 1, nº 8 (de 22-XI-1343).

85. ANTT, MCO, *Ordem de Santiago / Convento de Palmela*, DP, Mç. 1, nº 32 (de 12-VII-1356); cópia no *Livro dos Copos*, cit., nº 100. Para os papéis dos freires na casa dos mestres, Luís Filipe Oliveira, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores*, cit., pp. 106 e ss.

86. *Visitação da Ordem de Santiago ao Algarve*, cit., pp. 101-102. Para a organização das colegiadas e as funções clericais do prior e dos raçoeiros, Ana Maria Rodrigues, "As Colegiadas de Torres Vedras nos séculos XIV e XV", in *Espaços, Gentes e Sociedade no Oeste. Estudos sobre Torres Vedras Medieval*, Cascais, 1996, pp. 195-243, sobretudo as pp. 200-213.

aquelas visitas<sup>87</sup> —, nem a pregação da palavra entre os fiéis, nem a conversão dos gentios estariam entre as suas preocupações principais. É certo que desde 1175, pela bula de fundação, Alexandre III associara a Ordem de Santiago à conversão dos muçulmanos — a guerra não devia ser só praticada para proteger os fiéis, mas para levar os infiéis à fé de Cristo<sup>88</sup>. Tal norma não fazia parte, contudo, da regra primitiva da milícia e ela desaparecerá depois da tradução do século XIII da regra para castelhano<sup>89</sup>, não havendo, por outro lado, testemunhos inequívocos da preocupação das ordens militares com a conversão dos muçulmanos, tanto na Terra Santa, como na Península<sup>90</sup>. De resto, nada sugere que a ordem tivesse adoptado políticas claras nessa matéria<sup>91</sup>, seja quanto aos escravos mouros das suas casas e conventos, seja no que respeita às comunidades de mouros forros dos seus senhorios.

Com apelos esporádicos à conversão, apenas ouvidos durante a conquista de Lisboa<sup>92</sup>, o fenómeno não parece ter atingido proporções muito significativas, ao contrário do que já foi sugerido<sup>93</sup>. Os testemunhos apenas têm relevo para as terras do Norte, às vezes relativos a mouros de origem escrava, ou servil, e numa cronologia mais recuada<sup>94</sup>, imperando o silêncio das fontes sobre esses processos nos territórios meridionais. Nestes últimos, a integração dos muçulmanos em comunidades protegidas e organizadas, com língua, costumes e culto próprios, o que lhes garantia a coesão social e a identidade, deve ter reduzido as conversões a casos mais ou menos esporádicos e localizados<sup>95</sup>, embora o problema não esteja esclarecido. Desde inícios do século XIII, a legislação do reino favorecia, aliás, as adesões à religião dominante, sancionando quem chamava *tornadiço* ao converso muçulmano, ou proibindo que os progenitores destes

---

87. *Visitação da Ordem de Santiago ao Algarve*, cit., p. 15.

88. José Luis Martín, *Orígenes de La Orden Militar de Santiago (1170-1195)*, Barcelona, 1974, nº 73, pp. 248-254: « tantum in pugna sua intendant ut vel christianos ab eorum tueantur incursum vel ipsos ad culturam possint christianae fidei provocare » (p. 252).

89. J. Leclercq, “La vie et la prière des chevaliers de Santiago d’après leur règle primitive”, *Liturgica*, 2, Montserrat, 1958, pp. 347-357 : « Tota sit omnium intentio ecclesiam dei defendere, sarracenos impugnare » (p. 354); Derek W. Lomax, *La Orden de Santiago (1170-1275)*, Madrid, 1965, doc. nº 1, pp. 221-231: « La entencion de todos sea en deffender la ecclesia de Dios por a Jhesu Christo dar sus animas e yr contra moros non por cosa de rapina mas por acrecemento de la fe de Dios » (pp. 225-226).

90. Alan Forey, “The military orders and the conversion of Muslims in the twelfth and thirteenth centuries”, *Journal of Medieval History*, 28, 2002, pp. 1-22. Para um panorama, importante para o reino de Aragão, Robert I. Burns, “Christian-Islamic Confrontation in the West: The Thirteenth-Century Dream of Conversion”, *The American Historical Review*, vol. 76, nº 5, 1971, pp. 1386-1434.

91. Para algumas observações, Derek W. Lomax, *La Orden de Santiago*, cit., pp. 119-128.

92. *A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de Um Cruzado*, ed. de Aires Nascimento, introdução de Maria João Branco, Lisboa, 2001, pp. 94-95, 146-147. Ao contrário doutros reinos do Ocidente (Robert I. Burns, “Christian-Islamic Confrontation”, cit., pp. 1395 e ss), pouco consta sobre as actividades de pregação, não sendo comuns os sermões de conversão, Patrícia Odber de Baubeta, *Igreja, Pecado e Sátira Social na Idade Média Portuguesa*, Lisboa, 1997, pp. 124-126.

93. Stéphane Boissellier, *Naissance d’Une Identité Portugaise. La vie rurale entre Tage et Guadiana de l’Islam à la Reconquête (X-XIV siècles)*, Lisboa, 1999, pp. 99-104; *Id.*, “Les mudéjars dans le sud portugais: l’étranger, l’intégration et le quotidien — XIII<sup>e</sup>-XIV<sup>e</sup> siècle (une approche globale de l’altérité vécue)”, in *L’étranger au Moyen âge. Actes du XXX Congrès de la SHMESP (Göttingen, juin 1999)*, Paris, 2000, pp. 179-190.

94. Maria Filomena Barros, “Mouros da Terra e Terra de Mouros”, in Mário Jorge Barroca, Isabel Cristina Fernandes (coords.), *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*, Palmela, 2005, pp. 167-172; *Id.*, *Tempos e Espaços de Mouros*, cit., pp. 36-40.

95. Maria Filomena Barros, *Tempos e Espaços de Mouros*, cit., pp. 130-134.

os deserdassem<sup>96</sup>, mas a sua aplicação prática podia estar sujeita a vários entraves<sup>97</sup>. A começar pelos que eram criados pelos próprios monarcas, acusados pelo clero do reino em 1273, e, depois, em 1289, de impedirem o baptismo de judeus e de muçulmanos<sup>98</sup>. No plano local, a actividade dos servidores e dos rendeiros da Coroa, ou doutros senhores, mais ciosos das rendas que arrecadavam e dos seus interesses particulares, pode ter dificultado várias outras conversões. Tanto mais que nalgumas localidades, como em Loulé, os priores da vila não tinham orientações precisas a esse respeito e não levantariam a voz contra casos semelhantes.

---

96. *Portugaliae Monumenta Historica. Leges et Consuetudines*, Lisboa, 1868, vol. II, pp. 30 (costumes de Santarém), 61 (costumes de Beja); *Ordenações Del-Rei Dom Duarte*, ed. de Martim de Albuquerque, Eduardo Borges Nunes, Lisboa, 1988, nº 26, p. 53.

97. Para a resistência a legislação semelhante de Jaime I de Aragão, Alan Forey, "The military orders and the conversion", *cit.*, pp. 6-7.

98. Stéphane Boissellier, *Naissance d'Une Identité Portugaise*, *cit.*, p. 101, nt. 49.

# Bibliografia

## Fontes manuscritas

ANTT, Gaveta 10, Mç. 3, nº 15.

ANTT, Gaveta 19, Mç. 14, nº 3.

ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, *Ordem de Santiago / Convento de Palmela*, Documentos Particulares, Mç 1, nº 2, 3, 7, 10, 11, 20, 32.

ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, *Ordem de Santiago / Convento de Palmela*, Convento de Palmela, Mç. 1, nº 8.

## Fontes publicadas

AGOSTINHO, Fr. Joaquim de Santo "Sobre huma Chronica inedita da Conquista do Algarve", *Memórias de Litteraratura Portugueza*, t. I, 1792, pp. 74-97.

*Chancelaria de D. Afonso III. Livro I*, ed. de Leontina Ventura, A. Resende de Oliveira, 2 vols., Coimbra, 2006.

*Chancelaria de D. Afonso III. Livros II e III*, ed. de Leontina Ventura, A. Resende de Oliveira, Coimbra, 2011.

*A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de Um Cruzado*, ed. de Aires Nascimento, introdução de Maria João Branco, Lisboa, 2001.

*Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, ed. de A. Moreira de Sá, 8 vols., Lisboa, 1966-1981.

*Crónica de Portugal de 1419*, ed. de Adelino de Almeida Calado, Aveiro, 1998.

*Documentación e Itinerário de Alfonso X el Sabio*, ed. de Manuel González Jiménez, M<sup>a</sup> Antonia Carmona Ruiz, Sevilha, 2012.

JOSÉ, Fr. João de São, "Corografia do Reino do Algarve", in *Duas Descrições do Algarve do Século XVI*, ed. de Manuel Viegas Guerreiro e de Joaquim Romero de Magalhães, Lisboa, 1983, pp. 21-132.

*La Construction Administrative D'Un Royaume: Registres de Benéfices Ecclésiastiques Portugais (XIII-XIV<sup>e</sup> Siècles)*, ed. de Stéphane Boissellier, Lisboa, 2012.

*Livro dos Bens de D. João de Portel*, ed. de Pedro de Azevedo e de A. Braancamp. Freire, fac-símile da edição de 1906-1910, Lisboa, 2003.

*Livro dos Copos*, vol. I, coord. de Paula Pinto Costa, *Militarium Ordinum Analecta*, nº 7, 2006.

MORUJÃO, Maria do Rosário (coord.), *Testamenti Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)*, Lisboa, 2010.

*Ordenações Del-Rei Dom Duarte*, ed. de Martim de Albuquerque, Eduardo B. Nunes, E. Borges, Lisboa, 1988.

*Portugaliae Monumenta Historica. Leges et Consuetudines*, 2 vols., Lisboa, 1863-1868.

*Portugaliae Monumenta Historica. Scriptores*, Lisboa, 1861.

*Visitação da Ordem de Santiago ao Algarve (1517-1518)*, coord. de Manuel Pedro Serra, transcrições de Fernando Calapez e António Viegas, suplemento da revista *Al'Ulyã*, nº 5, Loulé, 1996.

## Estudos

BARROS, Maria Filomena, "Mouros da Terra e Terra de Mouros", in Mário Jorge Barroca, Isabel Cristina Fernandes (coords.), *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*, Palmela, 2005, pp. 167-172.

——— *Tempos e Espaços de Mouros: A minoria muçulmana no reino português (Séculos XII a XV)*, Lisboa, 2007.

BAUBETA, Patrícia Odber de, *Igreja, Pecado e Sátira Social na Idade Média Portuguesa*, Lisboa, 1997.

BOISSELLIER, Stéphane, *Naissance d'Une Identité Portugaise. La vie rurale entre Tage et Guadiana de l'Islam à la Reconquête (X-XIV siècles)*, Lisboa, 1999.

——— "Les mudéjars dans le sud portugais: l'étranger, l'intégration et le quotidien — XIII<sup>e</sup>-XIV<sup>e</sup> siècle (une approche globale de l'altérité vécue", in *L'étranger au Moyen âge. Actes du XXX Congrès de la SHMESP (Göttingen, juin 1999)*, Paris, 2000, pp. 179-190.

BOTÃO, Maria de Fátima, *A Construção de uma Identidade Urbana no Algarve Medieval. O caso de Loulé*, Lisboa, 2009.

BURNS, Robert I., "Christian-Islamic Confrontation in the West: The Thirteenth-Century Dream of Conversion", *The American Historical Review*, vol. 76, nº 5, 1971, pp. 1386-1434.

CHENEY, Christopher, *A Handbook of Dates: For students of British history*, ed. revista por M. Jones, Cambridge, 2000.

COELHO, Maria Helena, MORUJÃO, Maria do Rosário, "Les Testaments du Clergé de Coimbra: Des individus aux Réseaux Sociaux", in *Carreiras Eclesiásticas no Ocidente Cristão (Séc. XII-XIV) / Ecclesiastical Careers in Western Christianity (12th - 14th c.)*, Lisboa, 2007, pp. 123-138.

COSTA, Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a Organização da Arquidiocese de Braga*, 2<sup>a</sup> ed. refundida e ampliada, Braga, 1997.

CUNHA, Mário Sousa, *A Ordem Militar de Santiago (Das origens a 1327)*, dissertação de mestrado policopiada, Porto, 1991.

DAVID, Henrique "Os Portugueses nos Livros de «Repartimiento» da Andaluzia (Século XIII)", *Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, Loulé, 1987, pp. 271-296.

DAVID, Henrique, PIZARRO, José Augusto, "A Conquista de Faro. O reavivar de uma questão", *Actas das III Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, Loulé, 1989, pp. 119-133.

DOMINGUES, José Garcia, "Aben Mafom e a conquista do Algarve pelos portugueses", *Brotéria*, vol. 62, nº 3, 1956, pp. 305-327.

——— *Ossónoba na Época Árabe*, Separata de *Anais do Município de Faro*, 1972.

FARELO, Mário, *O Cabido da Sé de Lisboa e os seus Cónegos (1277-1377)*, dissertação de mestrado policopiada, Lisboa, 2003.

FARELO, Mário, ROLDÃO, Filipa, MARQUES, André, "Les Clercs dans L'Administration Dionysienne", in *Carreiras Eclesiásticas no Ocidente Cristão (Séc. XII-XIV) / Ecclesiastical Careers in Western Christianity (12th -14th c.)*, Lisboa, 2007, pp. 271-313.

FARMER, David Hugh, *The Oxford Dictionary of Saints*, Oxford, 1978,

FERNANDES, Hermenegildo, *D. Sancho II*, Lisboa, 2006.

FERNANDES, Hermenegildo (coord.), *A Universidade Medieval em Lisboa (Séculos XIII-XVI)*, Lisboa, 2013.

FONTES, João Luís, "Entre Faro e Loulé: a terra da «Senhora Santa Bárbara» (séculos XIII-XVI)", in João Pedro Bernardes, Luís Filipe Oliveira (coords.), *Santa Bárbara de Nexe. A História, a Igreja e a Memória*, Santa Bárbara, 2006 pp. 35-71.

FOREY, Alan, "The military orders and the conversion of Muslims in the twelfth and thirteenth centuries", *Journal of Medieval History*, 28, 2002, pp. 1-22.

GARCIA RODRIGUEZ, Carmen, *El Culto de Los Santos en La Espna Romana Y Visigoda*, Madrid, 1966.

HENRIQUES, António Castro, *Conquista do Algarve (1189-1249). O Segundo Reino*, Lisboa, 2003.

HERCULANO, Alexandre, *História de Portugal. Desde o começo da monarquia até o fim do reinado de Afonso III*, ed. de J. Mattoso, 4 vols., Lisboa, 1980-1981.

KRUS, Luís, "Crónica da Conquista do Algarve", in G. Lanciani e G. Tavani (coords.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, 1993, p. 176.

LECLERCQ, J., "La vie et la prière des chevaliers de Santiago d'après leur règle primitive", *Liturgica*, 2, Montserrat, 1958, pp. 347-357.

LOMAX, Derek W., *La Orden de Santiago (1170-1275)*, Madrid, 1965.

LÓPEZ FERNÁNDEZ, Manuel, *La Orden de Santiago y el Maestre Pelay Pérez Correa*, Ciudad Real, 2001.

LUIS MARTIN, José, *Origenes de La Orden Militar de Santiago (1170-1195)*, Barcelona, 1974.

LUZIA, Isabel, "A escavação arqueológica de emergência do cemitério muçulmano da «Quinta da Boavista»/Loulé", *Al'-Ulyã. Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, nº 7, 2000, pp. 129-186.

——— "Testemunhos da Ocupação Islâmica em Al'-Ulyã: Estruturas e Cerâmicas", *Actas do 1º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 2001)*, Xelb, nº 4, 2003, pp. 219-234.



——— “A primeira campanha de escavação da «Casa das Bicas» — Loulé”, *Actas do 5º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 2007)*, *Xelb*, nº 8, 2008, pp. 263-274.

——— “Loulé: 10 anos de arqueologia islâmica”, *Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 2008)*, *Xelb*, nº 9, 2009, pp. 465-476.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, “Uma interpretação da Crónica da Conquista do Algarve”, *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, Porto, 1987, vol. I, pp. 123-134.

MARQUES, José, “Os castelos algarvios da Ordem de Santiago no reinado de Afonso III”, *Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, Loulé, 1987, pp. 101-130.

MARQUES, Maria Alegria, *O Papado e Portugal no Tempo de Afonso III (1245-1279)*, dissertação de doutoramento policopiada, Coimbra, 1990.

MARTINS, Luísa F., *Contributos para a História da Alimentação Algarvia: A partir das Atas de Vereação do Concelho de Loulé (1384-1488)*, Loulé, 2016.

MATTOSO, José, “As relações de Portugal com Castela no reinado de Afonso X, o Sábio”, in *Fragmentos de Uma Composição Medieval*, Lisboa, 1987, pp. 73-94.

——— “Os Moçárabes”, in *Fragmentos de Uma Composição Medieval*, Lisboa, 1987, pp. 19-34.

MONTEIRO, João Gouveia, MARTINS, Miguel Gomes, *As Cicatrizes da Guerra no Espaço Fronteiriço Português (1250-1450)*, Coimbra, 2010.

MOREIRA, Filipe Alves, *A Crónica de Portugal de 1419: Fontes, Estratégias e Posteridade*, Lisboa, 2013.

MORUJÃO, Maria do Rosário, *A Sé de Coimbra: A Instituição e a Chancelaria (1080-1318)*, Lisboa, 2010.

OLIVEIRA, Luís Filipe, “Recensão a *Património Islâmico dos Centros Urbanos do Algarve: Contributos para o Futuro. Comunicações apresentadas nos Seminários de Faro, Tavira e Loulé*, Faro, 2002”, *Promontoria. Revista do Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve*, nº 1, 2003, pp. 147-151.

——— *A Coroa, os Mestres e os Comendadores, As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*, Faro, 2009.

——— “A ordem de Santiago e a conquista das terras do Sul”, *Cuadernos de Estepa*, nº 3, 2014, pp. 89-102.

PALMA, Jorge F., *O desenvolvimento urbano de Loulé. Do período medieval ao fim da época moderna*, dissertação de mestrado policopiada, Faro, 2015.

RODRIGUES, Ana Maria, “As Colegiadas de Torres Vedras nos séculos XIV e XV”, in *Espaços, Gentes e Sociedade no Oeste. Estudos sobre Torres Vedras Medieval*, Cascais, 1996, pp. 195-243.

RODRIGUES, Ana Maria, RIBEIRO, João Carlos, COSTA, Maria Antonieta da, MACIEL, Maria Justiniana, *Os Capitulares Bracarenses (1245-1374): Notas Biográficas*, Lisboa, 2005.

SÁ-NOGUEIRA, Bernardo, "A Organização do Padroado Régio Durante o Reinado de D. Dinis — Listas das Apresentações (1297-1321)", *Arqueologia do Estado. 1<sup>as</sup> Jornadas sobre formas de organização e exercício dos poderes na Europa do Sul. Séculos XIII-XIV*, Lisboa, 1988, vol. I, pp. 421-445..

SALAMITO, Jean-Marie, "Clément I", in Philippe Levillein (dir.), *Dictionnaire Historique de la Papauté*, Paris, 1994, pp. 360-362.

TORRES, Cláudio, "Al-Gharb", in Maria Filomena Barata (ed.), *Noventa séculos entre a serra e o mar*, Lisboa, 1997, pp. 431-447.

VENTURA, Leontina, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, dissertação de doutoramento policopiada, Coimbra, 1992.

——— *D. Afonso III*, Lisboa, 2006.

VILAR, Hermínia, *As Dimensões de um Poder. A Diocese de Évora na Idade Média*, Lisboa, 1999.

——— "Entre o rei, o bispo e a ordem de Santiago: Loulé e o reino do Algarve (séculos XIII-XIV)", *Al'-Ulyā. Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, nº 15, 2015, pp. 77-87.